



Vulnerabilidade social e acesso aos alimentos em tempos de pandemia por COVID-19: estudo em uma comunidade de Salvador – Bahia

Ivana de Fátima Oliveira Silva^{1*} e Lana Mércia Santiago de Souza²

A vulnerabilidade social e a privação alimentar são consideradas problemáticas antigas no país, acentuadas nos últimos anos pela crise política e sanitária, com repercussões na vida de indivíduos e famílias, vivenciada das mais variadas formas. Diante da situação de escassez e incerteza, diversas estratégias são adotadas para manter a subsistência. Desse modo, este estudo objetivou analisar as modificações alimentares e as estratégias de sobrevivência adotadas durante a pandemia por COVID-19, na comunidade do Cabula, antigo quilombo, em Salvador, Bahia (BA). Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, realizado por meio de entrevista semiestruturada, com moradores do território. As informações foram organizadas e analisadas segundo o conteúdo das falas de 08 entrevistados. Foram identificadas três categorias para análise, incluindo as modificações e estratégias alimentares diante da situação de vulnerabilidade; a insegurança alimentar e nutricional alimentar e o consumo de alimentos ultraprocessados; e as compreensões sobre o apoio social durante a pandemia. De tal maneira, o presente estudo evidenciou modificações alimentares assumidas no contexto de vulnerabilidade social, acentuadas pela pandemia de COVID-19, especialmente em uma comunidade tradicional. Observou-se, a partir das falas, novas expressões da insegurança alimentar e nutricional, bem como a descaracterização sócio cultural do comer, em função da subsistência. As redes comunitárias de apoio exerceram importante papel no acesso aos alimentos, mas trouxe sentidos diversos, diante da ausência de uma cultura de direitos. Mais do que garantir o alimento, é necessário que o Estado garanta o direito a existir enquanto ser social, cultural e étnico.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Fome, Pandemia COVID-19, Insegurança Alimentar, Quilombolas.

Social vulnerability and access to food in times of a covid-19 pandemic: a study in a community in Salvador – Bahia

The social vulnerability and the feeding privation are considered old problems in the country, accentuated in the last years by the political and health crises, reverberating on individuals and families lives, experienced in many

¹ *Universidade do Estado da Bahia. Nutricionista pela Universidade do Estado da Bahia. Endereço para correspondência: *E-mail:* ivana_defatima@outlook.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2048-7090>

² Nutricionista, Especialista em Saúde da Família, Me. em alimentos, nutrição e saúde. Professora na Universidade Estadual da Bahia. *E-mail:* lmsouza@uneb.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0432-8874>

different ways. In the face of scarcity and uncertainty, many strategies are adopted to maintain the subsistence. This study aimed to analyze the feeding changes and the survival strategies adopted during the COVID-19 pandemic, in the Cabula community, previously a quilombo, in Salvador-BA. It is a qualitative approach study, conducted by semi-structured interviews with residents of the territory. The information was organized and analyzed according to speeches from 8 interviewed people. Were identified three categories to analyze, including the feeding changes and strategies in face of vulnerability status; the food insecurity and the consumption of ultra processed food; and the understandings about the social support during the pandemic. In such a way, the present study evidenced feeding modifications adopted in social vulnerability context, accentuated by the COVID-19 pandemic, especially in a traditional community. From the speeches, new expressions of food insecurity were observed, as well as the socio-cultural mischaracterization of eating, due to subsistence. The community networks of support takes an important role on the access to food, but brings conflicting feelings, given the absence of a culture of rights. More than guaranteeing the food, it is necessary that the State to keep the rights to exist as social, cultural and ethnic beings.

Keywords: Social Vulnerability, Hunger, COVID-19, Food Insecurity, Quilombola Communities.

Submetido em: 14/08/22

Aceito em: 01/12/22

INTRODUÇÃO

A fome no Brasil não é uma problemática nova, é um flagelo recorrente, já denunciado por Josué de Castro desde a década de 1940, quando publicou o livro *Geografia da fome*, como resultado de suas pesquisas, cujo conteúdo desde então é fruto de debates sobre a fome e suas interações sociais, econômicas, ambientais, de saúde e desenvolvimento^[1,2]. Muitas vezes, negada pela sociedade e pelos governos que a silenciava, de forma intencional^[3].

É compreendida como a vontade e necessidade de comer, pela ausência total ou provisória de acesso a alimentos básicos, nutritivos, na quantidade e qualidade adequada. Pode ser entendida também como manifestação extrema da insegurança alimentar e nutricional (ISAN)^[4]. Ela representa o medo, a angústia e a incerteza constante da sobrevivência, ao mesmo tempo, é cruel, desumana e humilhante, situação na qual só quem convive com ela, conhece a sensação de medo da morte que lhe é característica^[5,6].

Ainda tida como tabu, a fome é por vezes atribuída, de maneira negligente a responsabilidade e ignorância dos que convivem com ela, com a alegação

de que não sabem administrar sua renda, excluindo o dever do Estado de prover o Direito Humano à Alimentação Adequada, garantido legalmente à população brasileira^[7,8,9].

No país, a insegurança alimentar grave tem lugar, cor e sexo e representa 33 milhões de brasileiros que convivem com a fome. Sua maior prevalência encontra-se em famílias residentes em áreas rurais, no Norte e Nordeste, que contenham maior número de moradores menores de 18 anos, chefiadas por mulheres e cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos, de maneira interseccional, e acentuada pela pandemia causada pelo novo coronavírus^[10].

A comunidade do Cabula, localizada em Salvador, Bahia, apresenta origem quilombola, trazendo consigo heranças da ancestralidade africana, como a cultura, religiosidade, culinária, danças, festas. É símbolo de força e resistência, e luta pela afirmação e reconhecimento de suas raízes históricas, caracterizada atualmente como quilombo urbano^[12,13]. Os estudos evidenciam que em tais comunidades historicamente excluídas, como as quilombolas, a insegurança alimentar e nutricional se intensifica^[14,15].

O presente estudo objetivou analisar as modificações alimentares de indivíduos e identificar as estratégias de sobrevivência adotadas por estes durante a pandemia de COVID-19, na comunidade do Cabula, do município de Salvador (BA), de modo que estas possam contribuir na discussão e compreensão sobre as expressões da fome e, por conseguinte, o debate sociopolítico associado.

MÉTODOS

O estudo utilizou a abordagem qualitativa, do tipo exploratória, em profundidade. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário socioeconômico (sexo, idade, escolaridade, renda familiar, cor da pele, número de residentes, vínculo empregatício) e entrevista semiestruturada, com questões norteadoras sobre as modificações alimentares no período de pandemia, estratégias utilizadas para manter a alimentação pela família, e a colaboração de redes comunitárias e governamentais de apoio.

A palavra Cabula tem origem africana e simboliza a resistência negra nestas terras, trata-se de termo usado para fazer referência ao antigo quilombo Cabula, inicialmente com características rurais e distante do ‘centro’ da cidade. Pesquisas contemporâneas, consideram o espaço de resistência e legado cultural deixado pelos que ali residiam e que resultou na delimitação de dezesseis bairros associados ao quilombo, sendo hoje parte da rede de significados da população que ainda habita a região do Cabula e entorno. Todo o processo histórico vivido no território influenciou e influencia no modo de vida de seus habitantes^[16,17].

Foram incluídos no estudo indivíduos maiores de 18 anos, moradores da comunidade do Cabula na cidade de Salvador, de ambos os sexos, que se classificaram como responsáveis pela família. Foram excluídos indivíduos que não se enquadravam nesses critérios. Os sujeitos foram contatados a partir de uma abordagem direta, aleatória, em locais abertos de atendimento ao público, em uma universidade localizada neste território. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2022.

As informações sobre o perfil socioeconômico foram alocadas conforme categorias definidas previamente, em uma planilha do programa planilhas do Google[®] e verificadas em sua frequência. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas com o auxílio de um aparelho móvel e a quantidade de entrevistados foi definida pelo critério de saturação das falas, posteriormente transcritas na íntegra. Os textos foram analisados pela técnica de análise temática de conteúdo, segundo Bardin^[18], por meio da classificação do material, por categorias e reagrupamento por analogia, em unidades de registro. Os sujeitos foram identificados como entrevistados E 01, E [...], E 08.

A partir das falas foi possível organizar três categorias de análises que envolvem: 1- “Comer gororobas”: modificações e estratégias alimentares diante da situação de vulnerabilidade; 2- A nova cara da fome: a insegurança alimentar e nutricional o consumo de alimentos ultraprocessados; 3- “Deixa pra outras pessoas que estão mais necessitadas”: compreensões sobre o apoio social durante a pandemia. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia, segundo CAAE nº 54959922.3.0000.0057 e parecer nº 5.336.493. Todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico dos indivíduos

Participaram do estudo oito entrevistados, a sua maioria (06;75%) do sexo feminino, com idade entre 30 e 67 anos, que se definiam como preto(a) [04;50%], possuíam ensino médio completo (03;37,5%), com renda familiar de até 01 salário mínimo (04;50%), desempregados(as) [05;62,5%]. Quanto ao número de residentes, a maioria residia com 02 pessoas (05;62,5%). Os dados socioeconômicos são encontrados de forma mais detalhada na tabela, mostrada a seguir (Tabela 1).

Tabela 1. Características socioeconômicas dos entrevistados, Salvador- BA, 2022.

Variáveis	n	Porcentagem (%)
Sexo		
Masculino	02	25,0
Feminino	06	75,0
Idade (em anos)		
30 – 40	01	12,5
41 – 50	02	25,0
51 – 60	04	50,0
61 – 70	01	12,5
Cor da pele		
Branco	01	12,5
Pardo	03	37,5
Preto	04	50,0
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	02	25,0
Ensino Fundamental Completo	01	12,5
Ensino Médio Incompleto	01	12,5
Ensino Médio Completo	03	37,5
Ensino Superior Incompleto	01	12,5
Renda Familiar		
Até 01 Salário Mínimo (SM)*	04	50,0
01 SM	02	25,0
>1 – 2 SM	01	12,5
>2 e 3 SM	01	12,5
Vínculo empregatício		
Desempregado(a)	05	62,5
Empregado(a)	01	12,5
Aposentado(a)	01	12,5
Pensionista	01	12,5
Número de residentes no domicílio		
02 pessoas	05	62,5
03 pessoas	02	25,0
08 pessoas	01	12,5
Total de participantes	08	100,0

* Salário Mínimo vigente em 2022, no valor de R\$ 1.212,00^[9] (BRASIL, 2021).

Fonte: elaboração própria.

Tal perfil coaduna com dados gerais da população soteropolitana, que segundo o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, dispunha de

apenas 28% da população com vínculo formal de emprego em 2021. Informações de 2010 indicam que 36,8% da sua população viviam com rendimentos de

até ½ salário mínimo, com média de 3,09 moradores por domicílio e de população formada por pessoas autodeclaradas pardas (51,68%) e pretas (27,80%)^[20]. Sabe-se que, historicamente, as populações negras vivem processos de exclusão e desigualdade de acesso a bens e serviços, especialmente as comunidades tradicionais^[21].

Na sequência serão analisadas as categorias que emergiram das falas de tais sujeitos, suas modificações alimentares e estratégias de sobrevivência relatadas.

“Comer gororobas”: modificações e estratégias alimentares diante da situação de vulnerabilidade

Chegou a um ponto de vez em quando comprar 3 bife pra almoçar, 3 bife pelo valor de um quilo da carne (E 04).

Desde de 2003, um conjunto de políticas públicas assumidas pelo governo permitiram a inserção social das famílias mais vulneráveis em serviços públicos e programas de redistribuição de renda, que possibilitaram a redução da ISAN e da fome dos anos subseqüentes, alcançando o marco de saída do mapa da fome organizado pela Fundação das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, em 2014^[22]. Desde então, crises econômicas e um conjunto de eventos políticos, com projetos de redução do Estado, tem novamente acentuado as iniquidades sociais.

Soma-se a isso, o contexto de pandemia por COVID-19 nos anos 2020, que intensificou repercussões sociais e econômicas já existentes no país. Isso foi sentido também pelos entrevistados da comunidade do Cabula em seus cotidianos, cujo acesso à alimentação ficou por vezes mais difícil, exigindo adaptações para manter as refeições diárias da família. Estratégias como a exclusão total do consumo de itens de maior custo; sua substituição por outros tipos de alimentos e a redução do consumo de frutas e verduras estavam presentes na maioria das falas.

Diante da incerteza sobre o comer, opta-se pelo que oferece maior ‘sustança’, é menos perecível e compõe as refeições principais tradicionais da

população (o almoço e o jantar), caracterizadores da cultura alimentar. O prato de arroz e feijão é tido como alimento base nas refeições, como símbolo da alimentação nacional e estimulado por políticas públicas^[23]. Quando possível, são essas as refeições mantidas, ficando as frutas e legumes em segundo plano.

Rapaz, fruta mesmo que eu comprava fruta todo dia, fruta ficou mais difícil, assim, deixa eu ver o que mais, o dinheiro nunca dava pra compra uma carne, aí já comprava outra coisa (E 01).

Carne também, eu comprava bastante músculo, [...], mas na pandemia e agora, eu já achei de 35 reais, aí eu parei de comer carne, tô comendo só frango agora (E 05).

Foram identificados outros meios de lidar com a escassez de recursos, como a redução da quantidade de alimentos, refeições realizadas e qualidade de gêneros alimentícios adquiridos e, ainda, da pesquisa de preços e busca de espaços comerciais mais acessíveis. Chama a atenção, que a compra mensal comumente realizada, deixou de ser opção diante da renda reduzida e do aumento do preço dos produtos, substituída por compras fragmentadas, quando possível, cercada pela incerteza e medo da indisponibilidade do alimento.

O que eu comprava antes, agora eu compro menos quantidade. [...] Diminuir a quantidade de compra, trocar por uma marca inferior, o feijão vamos supor, se comesse todo dia, comia 3 vezes na semana, reduzir a frequência que comia na semana. [...] Tinha um leite de uma marca, de um preço e uma outra inferior de outro preço você vai ter que escolher o mais barato, mais em conta (E 07).

Diminuiu muito, eu não vejo hoje em dia pacotes de carne no congelador. Aquele que compra usa acabou e o frango também a mesma coisa comprou um frango, preparou. É por não ter como comprar aí a gente, comprou, comeu, cabou e verdura também, a caixa de verdura vazia (E 04).

Do mesmo modo, foi possível notar que diante do cenário pandêmico e suas repercussões sociais, o sabor e o prazer da alimentação deram espaço à alimentação fisiológica, voltada apenas para o ato de alimentar o corpo e evitar a fome. O comer envolve um conjunto de símbolos construídos através da história, trajetórias, cultura e possibilidades vivenciadas, especialmente em comunidades tradicionais, que ultrapassam a ideia de comer por obrigação ou apenas por necessidade e relaciona-se ao prazer da alimentação, o bem estar e aos ritos. Como afirma Lima *et al*¹³ p. 508-09] “Comer é mais do que apenas um ato de sobrevivência, é também um comportamento simbólico e cultural”.

A literatura aponta que é comum entre os mais abastados e por vezes, por gestores de ações públicas, a visão de que a população de menor renda não tem o direito à escolha alimentar ou a cultura e hábitos alimentares, reproduzindo preconceitos, excluindo a possibilidade de uma alimentação prazerosa, por uma baseada apenas nas questões nutricionais e financeiras, como uma ração humana, desumanizando os sujeitos, reduzidos as condições mínimas de subsistência^{24,25]}. Esquece-se por vezes aquele que ingere, para tratar apenas do que será ingerido^{26]}.

No cenário de privações estruturais, sociais e econômicas, as pessoas se encontram diante de limitações para adotar suas preferências alimentares, recorrendo a alimentos mais acessíveis^{27]}. Come-se para matar a fome. A “gororoba” é a expressão do que se come sem desejo, forçosamente, diante da necessidade. Não há prazer ao comer e não há espaço para a comensalidade do fim de semana na sobremesa com a família.

Muita comida, gororoba, sabe? Gororoba que eu digo assim, mudou soja que a gente não comia, entendeu? Outros tipos de coisa que a gente comeu sempre, fora da pandemia [...]. Que às vezes não tinha uma carne, aí fazia uma soja. Entendeu? [...] Tinha vezes que ela chorava (criança), que ela não gosta de soja, aí já ficava sem comer, já ficava chorando, não queria, comia a pulso, mas as vezes nem comia, jogava mais fora do que comia (E 01).

Por exemplo, final de semana a gente fazia assim uma sobremesa hoje não tá dano mais pra fazer isso, porque o custo de vida tá muito caro o salário não tá dano pra você ir no mercado pra uma compra de mês, né, principalmente quem tem uma família grande (E 08).

Contreras e Gracia^{28]} destacam que comemos aquilo que nos faz bem, que nos dá prazer, que é atrativo aos nossos sentidos e que fala sobre as ideias de vida. No entanto, diante da fome, não há respeito aos hábitos ou história, está lá apresentada apenas a necessidade humana básica, que reduz o sujeito a existir, a estar vivo. Desumaniza-se o sujeito e sua cultura e as relações de sociabilidade. A desumanização do povo negro e pobre, introduzida no colonialismo, se mantém na ordem neoliberal contemporânea, que prioriza o mercado em função da vida. Esta se expressa, desse modo, nas diferentes formas de opressão que roubam a humanidade e priorizam o lucro, cuja a fome é seu exemplo máximo, especialmente em um país com recordes de produção agropecuária^{26,29,30]}.

A comida proporciona a socialização, a comensalidade, os encontros cotidianos, o diálogo, possuindo a função de agregar os seres humanos, assim como se relaciona com o que é produzido, com a forma de preparação e consumo dos alimentos e as outras dinâmicas culturais, perdidas diante da fome. De tal maneira, a pandemia pelo novo coronavírus potencializou outras pandemias pré-existentes há tantos anos, da fome, da ISAN, do adoecimento, da pobreza e da desigualdade, desumanizando sujeitos e suas histórias.

A fome se expressa de maneira diversa, indo desde o medo de um amanhã incerto, da redução do consumo, das escolhas, da individualidade, da cultura e todos os atos cuja comida é elemento central. Ademais, as pessoas são expostas às manobras comerciais de produtos de menor preço e menor qualidade, como será discutido abaixo, bem como de preconceitos e condutas de gestores e do mercado que coordenam as políticas de acesso ao alimento, reforçando a desumanização e desconsiderando tantos elementos relacionados ao ato de comer.

A nova cara da fome: a insegurança alimentar e nutricional e o consumo de alimentos ultraprocessados

[...] Entendeu e muita gente tá passando dificuldade, necessidade, a doença não trouxe só a morte, trouxe a fome também (E 07).

Os alimentos ultraprocessados (AUP) têm seu consumo desestimulado pelos órgãos de saúde ao considerar o baixo valor nutricional, a alta densidade energética, a insegurança alimentar e nutricional, baixa qualidade, a cultura de massa, o risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, entre outros fatores^[31].

Entretanto, em cenários de escassez de recursos, procura-se por alimentos de menor custo, com consequente aumento no consumo de AUP, como mais uma expressão da insegurança alimentar e nutricional. Além disso, as pessoas se encontram diante de limitações para adotar preferências alimentares no seu consumo diário, a exemplo da disponibilidade do alimento, recursos financeiros, tempo, infraestrutura para realizar as preparações, são influenciadas a recorrerem a alimentos mais acessíveis, práticos, rápidos e com maior durabilidade como os industrializados^[32].

Segundo Claro *et al*^[33], nas últimas décadas no Brasil e em outros países em desenvolvimento, a modificação no preço dos produtos promoveu a ingestão de alimentos processados e ultraprocessados, em comparação a outros grupos alimentares (in natura e minimamente processados), devido à ausência de políticas públicas que revertesse esse quadro. Esse fenômeno social também foi identificado nas falas dos entrevistados, cuja aquisição de alimentos industrializados e de menor custo era a opção disponível diante da impossibilidade da compra dos itens de preferência.

O dinheiro nunca dava pra compra uma carne, aí já comprava outra coisa, que desse pra comprar, uma sardinhazinha, um ovo, uma calabresa com salsicha, essas coisas assim (E 01).

Às vezes não tinha mesmo (fruta), suco em pó, que eu detesto suco em pó, Deus

me perdoe, mas a precisão, já comprava as caixa no atacado (E 01).

Essa relação entre baixa renda e consumo de alimentos industrializados, já é reconhecida na literatura e reforça novas experiências vivenciadas diante da fome e da insegurança alimentar e nutricional nos tempos atuais, deixando este cenário ainda mais complexo, especialmente nas populações de baixa renda, cuja alimentação possui grande peso no orçamento das famílias.

Pesquisas evidenciam ainda que há maior consumo dos alimentos ultraprocessados nas populações de menor escolaridade, das regiões Norte e Nordeste e com condições de ISAN mais prevalentes, configurando uma alimentação de baixo custo, pobre do ponto de vista de sua composição e de alta concentração energética^[34,35].

A produção e difusão dos AUP promovem ainda influência sobre as culturas dos povos, ao difundir e estimular o consumo do mesmo leque de produtos, próprios da globalização^[36]. Sabe-se que o aumento no consumo de alimentos industrializados envolve diversos fatores que vão além da renda, no entanto esta interfere diretamente nas opções de famílias com menores rendimentos e em seus campos de possibilidades. Nota-se que o aumento do consumo de alimentos industrializados foi intensificado durante o período de pandemia por Covid-19 e reconhecido pelos entrevistados como estratégia diante da fome ao considerar preços, volumes, acesso e principalmente a necessidade.

“Deixa pra outras pessoas que estão mais necessitadas”: compreensões sobre o apoio social durante a pandemia

O acesso aos alimentos já é reconhecido enquanto direito na legislação brasileira, a ser garantido pelo Estado, visando oferecer uma condição digna de sobrevivência da população. Diante da condição de vulnerabilidade em que muitos se encontram, acentuada pelo contexto de pandemia, o suporte fornecido por meio de ações públicas, permitiram a parte da população vulnerável uma estratégia temporária de acesso aos alimentos.

Dentre os auxílios mais citados pelos entrevistados estiveram o Auxílio Emergencial e o extinto Programa Bolsa Família. Quanto a seu destino, assim como os resultados encontrados por Collaço *et al.*^[37], estavam direcionados à compra de alimentos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da distribuição de cestas básicas, também foi mencionado em uma das falas.

Só pra comer mermo, a gente deixa só pra comprar comida, porque é só pra que dá, e nem dá, né, pra ajuda, aí nós intera, divide e vai passano (E 06).

Da prefeitura, acho que a cesta básica. Era com certeza, porque no colégio dela como não tava tendo aula, aí todo mês davam uma cesta, eu acho que é da prefeitura (E 06).

Além do suporte governamental ou diante de sua ausência, outras redes de apoio por meio de Organizações não governamentais (ONGs), organizações comunitárias, familiares e vizinhos foram utilizados por alguns indivíduos.

Uhum, com certeza sempre chegava uma pessoa ajudando, um vizinho ou um parente. [...] É, cesta básica, entendeu? Aqui um café, uma soja, uma coisa, aí pronto, já ajudava bastante que às vezes não tinha nada, mas Deus já botou pra chegar, e aí vai passando que até hoje a gente vai passando, né, chama por Deus e vai passando (E 01).

Aí o pessoal lá da rua, deu uma cestinha básica, um quilo de cada coisa, mas só foi algumas vezes, umas 3 vezes, aí a gente pegou (E 06).

Na verdade, só de minha mãe mesmo, que ela me deu dinheiro (E 05).

Os programas de transferência de renda foram disponibilizados para a população em situação de pobreza durante o período da pandemia, porém, o seu pagamento só foi iniciado em junho de 2020, expondo os moradores de periferias às consequências da crise econômica e social^[38]. Nesse momento de dificuldade, foi possível identificar nas falas, a organização de grupos, redes comunitárias, apoio de

vizinhos, familiares e amigos, que passam a se mobilizar de forma solidária para oferecer algum suporte a essas pessoas através da doação de cestas básicas, recursos para compra de gás de cozinha, água, medicamentos, materiais de higiene e limpeza, assumindo o papel do Estado na garantia dos direitos sociais.

Ainda é inexistente uma cultura de exigibilidade dos direitos humanos, incluída o direito à alimentação, cujas políticas por vezes são lidas como benesses governamentais voltada àqueles incapazes ou falhos na oferta familiar de alimentos. São insuficientes, mas “ajuda”, “intera” e as pessoas vão criando suas estratégias diante da negligência de um direito básico^[7].

O recebimento de apoio, ainda que considerado importante pelos entrevistados, foi compreendido como fato negativo. O senso de incapacidade, inculcada há tantos anos na lógica meritocrática, e vinculada ao fato de necessitar de auxílios ou apoio de organizações governamentais e não governamentais, de familiares e vizinhos, sinalizava para a falta, com a ideia de incompetência na garantia do alimento para si e sua família. Já a dispensa do apoio, era tida como positiva, pois demonstrava a ausência da fome e da vulnerabilidade, como evidenciado nas falas a seguir.

Não, não precisa, entendeu deixa pra outras pessoas que estão mais necessitadas. Mas graças a Deus não precisa (E 07).

Não, também porque eu não precisei (E 02).

Não, eu tenho quatro filho mas graças a meu bom Deus sempre deu tudo certo, nem eles precisa de mim, nem eu preciso deles, às vezes, eles precisa mais de mim do que eu deles (E 03).

Cabe destacar que os programas de segurança alimentar e nutricional (SAN) vêm sofrendo um desmonte observado desde o ano de 2015. Junto a estes programas emergenciais, se faz necessário o fortalecimento de estratégias já existentes de SAN e a implementação de novos mecanismos que permitam o direito humano básico de alimentar-se de forma

eficaz e duradoura. Ademais, o reconhecimento da alimentação enquanto direito a ser garantido pelo Estado é condição necessária a mudança de cultura assistencialista ainda prevalente à uma cultura de direitos.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou observar expressões da insegurança alimentar e nutricional durante o período de pandemia por COVID-19 em uma comunidade de origem quilombola. Além disso, pôde-se identificar sentidos atribuídos à condição de fome e vulnerabilidade pelos entrevistados, estratégias utilizadas pelos indivíduos diante desse contexto, bem como a tendência à culturalização de massa, vinculada, entre outros fatores, à maior aquisição de alimentos industrializados.

De tal maneira, o estudo evidenciou que a fome e a insegurança alimentar e nutricional ainda apresentam-se como problemas sociais importantes, mesmo diante de avanços legais em relação ao direito humano à alimentação adequada. Apresenta-se com novas facetas, a exemplo do aumento no consumo de alimentos industrializados e suas consequências na forma de vida contemporânea, que demarcam as desigualdades sociais, intensificadas no período de pandemia pelo novo coronavírus, pela crise política e social no país e sentida no cotidiano das famílias. As redes comunitárias de apoio exerceram importante papel no apoio diante das dificuldades, no entanto sentido negativo foi atribuída a necessidade de precisar receber este tipo de suporte.

Desse modo, surge o humano nos sentidos atribuídos a fome, a necessidade e escassez, que ultrapassam elementos meramente biológicos. Mais do que garantir o alimento, é necessário que o Estado garanta o direito a existir enquanto ser social, cultural, étnico, que se expressa também no comer e na comensalidade.

O estudo abordou aspectos comuns a membros de uma comunidade, de origem quilombola e ainda que não se generalize, apresenta questões importantes sobre a fome e suas manifestações no cotidiano e expressões da insegurança alimentar e nutricional. Salienta-se a necessidade de novos estudos que permitam melhor compreender a

influência da fome e da culturalização de massa sobre as práticas das populações e povos tradicionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação do Centro de Estudos e Atendimento Dietoterápico (CEAD) e do Serviço Médico Odontológico e Social (SMOS), da Universidade do Estado da Bahia, pelo apoio, por autorizarem a utilização do espaço e disponibilizarem os seus pacientes para a realização da coleta de dados. A todos os entrevistados (as) que se disponibilizaram prontamente a participar dessa pesquisa com a contribuição no fornecimento dos dados.

FINANCIAMENTOS

Nada a declarar.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

Ivana de Fátima Oliveira Silva participou de todas as etapas da pesquisa e da escrita do manuscrito. Lana Mércia Santiago de Souza participou da concepção, análise dos resultados e da escrita do manuscrito final. Todos os autores revisaram e aprovaram a versão final do artigo.

REFERÊNCIAS

- [1] Castro J. Geografia da fome – O dilema brasileiro pão ou aço. 8a Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2008.
- [2] Campelo T. Apresentação. In: Campelo T e Bortoletto AP (org.). Da fome a fome. Diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022.
- [3] Freitas MCS, Pena PGL. Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil. Tessituras [Internet]; 2020 [citado em abril de 2022]; 8(1):35-40. <https://doi.org/10.15210/tes.v8isuplemento.18903>
- [4] Caparrós M. El hambre. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Planeta; 2014.
- [5] Freitas MCS. Agonia da Fome. Salvador, Rio de Janeiro: Editora da UFBA, Fiocruz, 2003. 263 p.

- [6] Sipioni ME et al. Masks cover the face, hunger unmasks the rest: covid-19 and the fighting against hunger in Brazil. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.660>
- [7] Cruz SR. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. Rev Pensata [Internet]. 2020; 9 (2):1-15. <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11104>.
- [8] Zago MAV. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. Secur.Aliment. Nutr. [Internet]. 28: 1-14. <http://dx.doi.org/10.20396/san.v28i00.8661900>.
- [9] Brasil. Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. D.O.U. DE 05/02/2010, P. 1., 2010.
- [10] Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [Internet]. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede PENSSAN; 2022 [citado 2022 jul]. 110 p. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>
- [11] Paula NM, Zimmermann SA. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Rev Necat [Internet]. 2021, 10(19): 55-66.
- [12] Mota FO, Freitas BBS. Uma busca pela identidade cultural de origem quilombola na região do Cabula em Salvador-Bahia. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 10-16 ago 2014; Vitória (ES). Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia; 2014. p. 1-12.
- [13] Lima RS et al. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. Dem [Internet]. 2015, 10(3): 507-522. <https://doi.org/10.12957/demetra.2015.16072>
- [14] Silva EKP et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? Cadernos de Saúde Pública [Internet]. 2017 33(4): 1-14. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00005716>.
- [15] Maciel ES, et al. Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. Secur. Aliment. Nutr. [Internet]. 2021, 28 (00):1-10. <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8658888>
- [16] Souza HP. Coletivo Cultarte: limites e possibilidades para autonomia e empoderamento de mulheres no antigo quilombo do Cabula [tese]. Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia; 2018.
- [17] Frazão MFA. Educação e Ecosocioempreendedorismo no Território do Antigo Quilombo Cabula [tese]. Salvador: Universidade do Estado da Bahia; 2019.
- [18] Bardin L. L'analyse de contenu. Paris: Presses Universitaires de France; 1977. 223 p.
- [19] Brasil. Lei nº 14.358, de 1º de junho de 2022. Diário oficial da união. Publicado em: 02/06/2022; Edição: 104; Seção: 1; Página: 1, 2022.
- [20] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>
- [21] Jesus V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. Saúde e Sociedade [internet]. Novembro 2022; 29(2): e180519. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>.
- [22] FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O estado da segurança alimentar e nutricional no brasil: Um retrato multidimensional – Relatório 2014 [Internet]. Brasília: FAO; 2014 [citado em junho de 2022]. 83 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/334.pdf>
- [23] Sousa ISF, Ferreira CM. Aspectos histórico-culturais do arroz e do feijão na sociedade brasileira. In: Ferreira C M, Barrigossi JAF. Arroz e feijão: tradição e segurança alimentar [Internet]. Brasília, DF, Santo Antônio de Goiás: Embrapa; Embrapa Arroz e Feijão, 2021 [citado em 03 de agosto de 2022]. Capítulo 3. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/225978/1/lv-2021.pdf>.
- [24] Silva EO, Amparo-Santos L, Soares MD. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. Cadernos de Saúde Pública [internet]. Mar 2018, 34(4): e00142617. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00142617>.
- [25] Machado CJ, Menasche R. "Pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome": reflexões sobre consumo e políticas públicas. In: Collaço JHL, Barbosa FAC, Roim TPB (Org.). Cidades e consumo alimentar v.2: tradição e modernidade do comer contemporâneo. 1ed. Goiânia: UFG, 2018. p.144-173.
- [26] Damatta R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco; 2001. 126 p.
- [27] Belik W, Siliprandi E. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: Sperandio AMG, Correa CRS,

editores. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI [Internet]. Campinas: Ipes; 2010, p. 187-195. Capítulo 20. Disponível em: https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/evolucao_cap20.pdf

[28] Contreras J, Gracia M. Alimentação, sociedade e cultura [Internet]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011 [citado em junho de 2022]. 496 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fhxJd73YTnTvyrF3SHKPcKQ/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000200018>.

[29] Arroyo, MG. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil: Miguel G. Arroyo entrevistado por Ana Maria Alves Saraiva. Em Aberto [Internet]. maio a agosto de 2017, 30(99):147-158. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2022.195341>.

[30] Frigotto G. Sociedade e educação no governo bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. Rev de Desenv e Civ [Internet], 2(2):118-138. <https://doi.org/10.12957/rdciv.2022.66270>.

[31] Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2014 [citado em junho de 2022]. 145 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

[32] Pinto JRS, Costa FN. Consumo de produtos processados e ultraprocessados e o seu impacto na saúde dos adultos. Society and Development. [Internet]. 2021, 10(14): 1-12. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22222>.

[33] Claro RM et al. Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2016; 32(8): 1-13. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00104715>.

[34] Malta DC et al. Fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico nas capitais brasileiras, Vigitel 2014. Rev. Bras. Epidemiol [Internet]. 2015, 18 (supl.2): 238-255. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500060021>.

[35] Martinez Steele E et al. Dietary changes in the covid-19 pandemic. Rev Saude Publica [Internet]. 2020, 54 (91):1-8. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002950>

[36] Garcia RWD. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. Rev. Nutr. [Internet]. 2003, 16(4):483-492. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732003000400011>.

[37] Collaço JHL et al. Cidades e consumo alimentar: Tradição e modernidade do comer contemporâneo [Internet]. Goiânia:

Editora da Imprensa Universitária Digital; 2017 [citado em junho de 2022].174 p. Disponível em: https://www.ufjf.br/nutricaoogv/files/2019/03/ebook_cidades_consumo2.pdf.

[38] Carmo MM. “Hunger doesn’t wait”: the struggle of women in the peripheries of São Paulo during the Covid-19 Pandemic. Vib [Internet]. 2021; 19(908): 1-22.: <http://doi.org/10.1590/1809-43412022v19e908>.